



(RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: contribuições do Nordeste

Adilson Aquino Silveira Júnior, Universidade Federal de Pernambuco; Doutor em Serviço Social; adilson.aquino@ufpe.br.

Coordenador

Sofia Laurentino Barbosa Pereira, Universidade Federal do Piauí; Doutora em Políticas Públicas; sofialaurentino@ufpi.edu.br.

Selma de Oliveira Brandão, Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas; selma.maria@ufma.br.

RESUMO

Esta mesa temática oferece algumas contribuições sobre experiências e estudos relacionados à memória e reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, a partir de trabalhos desenvolvidos em instituições universitárias situadas no Nordeste do país, particularmente nos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão. Inicialmente, a partir dos trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal de Pernambuco, delinea uma caracterização das ações voltadas ao resgate da memória profissional, o caráter complexo do acervo associado à essa memória, além das suas mais variadas fontes; também são propostas algumas problematizações suscitadas por tal memória que repercutem no adensamento da reconstrução histórica sobre o significado social da profissão. Em seguida, realiza um resgate da história da profissão no Piauí e da trajetória do curso na Universidade Federal do Piauí, além de relatar a experiência do Programa de Extensão *Memória do Serviço Social no Piauí*. Por fim, discute a origem da formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Maranhão, o envolvimento da Igreja Católica na criação da Escola Maranhense de Serviço Social em 1953, enfatizando, ainda, a importância da organização e preservação da memória e história na UFMA enquanto política pública.

Palavras-chave: Serviço Social. Memória profissional. Reconstrução histórica.

ABSTRACT

This thematic conference offers some contributions on experiences and studies related to the memory and historical reconstruction of Social Work in Brazil, based on works carried out in university institutions located in the Northeast of the country, particularly in the states of Pernambuco, Piauí and Maranhão. Initially, based on works carried out at the Federal University of Pernambuco, it outlines a characterization of actions aimed at rescuing professional memory, the complex character of the collection associated with this memory, in addition to its most varied sources; Some problematizations raised by such memory are also proposed, which have an impact on the consolidation of the historical reconstruction of the social meaning of the profession. Then, it rescues the history of the profession in Piauí and the trajectory of the course at the Federal University of Piauí, in addition to reporting the experience of the Social Service Memory Extension Program in Piauí. Finally, it discusses the origin of academic-professional training in Social Work in Maranhão, the involvement of the Catholic Church in the creation of the Escola Maranhense de Serviço Social in 1953, emphasizing, still, the importance of organizing and preserving memory and history at UFMA as public policy.

Keywords: Social Work. Professional memory. Historical reconstruction.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: apontamentos sobre o acervo documental e os desafios para reconstrução histórica

Adilson Aquino Silveira Júnior¹

RESUMO

Este artigo desenvolve reflexões resultantes de experiências de extensão e pesquisa na área da memória e da história do Serviço Social. A argumentação se desdobra em dois eixos temáticos: 1) a caracterização das ações voltadas ao resgate da memória profissional, o caráter multifacetado do complexo acervo associado ao universo constitutivo dessa memória, além das suas mais variadas fontes; e 2) as problematizações suscitadas por tal memória que repercutem no adensamento da reconstrução histórica sobre o significado social da profissão ao longo da sua emergência, institucionalização e renovação no Brasil. O conteúdo do texto origina-se dos conhecimentos acumulados com acervos documentais e a pesquisa histórica durante a realização do projeto Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE), desenvolvido desde 2019 na Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-chave: Memória profissional. Reconstrução histórica. Serviço Social.

ABSTRACT

This article develops reflections resulting from extension and research experiences in the area of memory and history of Social Work. The argument unfolds into two thematic axes: 1) the characterization of actions aimed at rescuing professional memory, the multifaceted character of the complex archive associated with the constitutive universe of this memory, in addition to its most varied sources; and 2) the problematizations raised by such memory that have an impact on the consolidation of the historical reconstruction of the social meaning of the profession throughout its emergence, institutionalization and renewal in Brazil. The content of the text originates from the knowledge accumulated with documentary collections and historical research during the project Memory and History of Social Work in Pernambuco (MEHSSPE), developed since 2019 at the Federal University of Pernambuco.

Keywords: Professional memory. Historical reconstruction. Social Work.

¹ Universidade Federal de Pernambuco; Doutor em Serviço Social; adilson.aquino@ufpe.br.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar algumas reflexões resultantes de experiências de extensão e pesquisa na área da memória e da história do Serviço Social: inicialmente, abordando as variáveis implicadas nas ações voltadas ao resgate da memória profissional, o caráter multifacetado do complexo acervo associado ao universo constitutivo dessa memória, além das suas mais variadas fontes; e, na sequência, esboçar algumas problematizações suscitadas por tal memória que repercutem no adensamento da reconstrução histórica sobre o significado social da profissão ao longo da sua emergência, institucionalização e renovação no Brasil, em especial ao sinalizar para a necessidade de análises que integrem mais profundamente, às abordagens estabelecidas, temas como desenvolvimento desigual e combinado, opressão da mulher, higienismo e questão étnico-racial.

O conteúdo do texto origina-se dos conhecimentos acumulados através da realização do projeto de extensão *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco* (MEHSSPE), desenvolvido desde 2019 na Universidade Federal de Pernambuco. O projeto tem aglutinado suas atividades em três planos: organização e publicização do acervo histórico e de documentos do Serviço Social em Pernambuco; produção de estudos sobre as dimensões e tendências da profissão no estado e na região Nordeste; e divulgação de conhecimentos sobre essa história e memória. Além do fundo documental mapeado e disponibilizado através do site do MEHSSPE, as seguintes publicações sistematizam os estudos articulados diretamente pelo projeto: Silveira Jr. (2020, 2021, 2022), Soares (2022) e Montalvão (2022).

2 AS FONTES DA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

Os trabalhos de *reconstrução histórica* da profissão materializam-se, segundo Netto (2016), nos estudos, pesquisas e sistematizações teóricas que se propõem a (re)elaboração analítica do seu processo histórico efetivo: a reprodução teórica da emergência e desenvolvimento do Serviço Social e suas dimensões, que demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da ciência histórica. A existência desses estudos supõe, por seu turno, a *reconstrução da memória*



profissional, embora a supere. As ações circunscritas a essa reconstrução da memória consistem nos esforços de recuperação, preservação e divulgação do passado do Serviço Social, frequentemente materializado em dois conjuntos de registros: o primeiro constitui o acervo de *vivências* e *experiências* de sujeitos individuais e coletivos partícipes da trajetória do Serviço Social; o segundo remete ao *repertório de documentos* que cristalizam um legado material do passado, registros objetivos legados pelo movimento do Serviço Social ao longo de sua existência.

Essa memória (ou memórias) (individual e coletiva), alerta Netto (2016), é parte constitutiva da história, e incide sobre ela, mas não se elabora a partir de parâmetros lógicos ou racionais; ela é uma construção social que recupera, por exemplo, vivências ou registros documentais não necessariamente filtrados intelectiva e analiticamente. O mesmo autor avalia que as tendências existentes nos trabalhos dedicados aos temas da memória e da história do Serviço Social no Brasil evidenciam uma atenção maior sendo dada à questão da memória, face aos empreendimentos dedicados à reconstrução histórica. Por outro lado, no que tange à reconstrução da história do Serviço Social, dois movimentos distintos, e assimétricos, se verificam, desde meados dos anos 1990: enquanto crescem as pesquisas localizadas e particulares acerca da fundação das Escolas e Cursos, áreas de intervenção, instituições demandantes de assistentes sociais, de eventos significativos, são praticamente inexistentes os estudos que visam à elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social como um todo (NETTO, 2016).¹

Embora nos pareçam efetivamente operantes esses dois movimentos evidenciados por Netto (2016), mesmo passados alguns anos desde sua constatação, a afirmação da primeira tendência não pode levar a crer que tenhamos um quadro minimamente satisfatório em termos de políticas, projetos ou ações sistemáticos e contínuos de recuperação, preservação e divulgação da memória profissional, seja no âmbito das instituições de ensino e produção do conhecimento, seja na esfera das organizações político-profissionais e do movimento estudantil. Isto é, mesmo que se verifique uma maior atenção fornecida à *questão da memória*, os incentivos e investimentos em torno da mesma ainda permanecem muito aquém do necessário; o que impacta nos limites e capacidades que a própria reconstrução histórica possui, mormente quando pretende avançar num sentido abrangente e totalizante.



A experiência acumulada, nesse âmbito, através do projeto de extensão MEHSSPE em Pernambuco tem fortalecido a compreensão sobre a complexidade e a fecundidade do *fundo documental* e do *repertório de experiências* que aparecem associados ao universo da memória profissional; e que, por conseguinte, exigem investimentos, políticas e subsídios técnicos igualmente densos e estruturados para a garantia da recuperação, preservação e publicização dos mesmos.

Quando se considera o acervo documental relativo à trajetória da *formação profissional* e da *produção do conhecimento*, usualmente se dispõe do espólio de materiais de diversas naturezas que cristalizam evidências da trajetória do ensino de graduação e da construção da pós-graduação nas instituições que abrigaram (e/ou abrigam) as Escolas (depois cursos e departamentos), os mestrados e doutorados. Mas esses materiais contemplam fontes empíricas que remetem para além das tendências históricas do ensino de graduação e da produção do conhecimento: neles se encontram vastos registros da formação e evolução dos próprios *espaços ocupacionais do Serviço Social*, encontrados especialmente nos numerosos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) em que se relatam, sobretudo naqueles produzidos nas primeiras décadas da formação profissional, as experiências realizadas nos campos de estágio pelas discentes concluintes. Esses documentos permitem à pesquisa histórica explorar as múltiplas variáveis que envolve a atuação profissional: a estruturação e as reconfigurações das políticas sociais e das instituições empregadoras de assistentes sociais; a manipulação dos arranjos teórico-metodológicos e do instrumental técnico-operativo em diversos espaços ocupacionais; a composição do discurso ideológico nas situações concretas da intervenção no âmbito do Serviço Social; as singularidades afetas às refrações da “questão social” que são tomadas como objeto dos processos de trabalho nas instituições.

Também no campo da formação profissional e da pesquisa em Serviço Social, mas com nítidos reflexos para a memória de outras dimensões da profissão, demonstra relevância a documentação legada pela *Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social* (ABESS) em seus trabalhos a partir da segunda metade dos anos 1940. Entidade que, em 1996, passa a denominar-se *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* (ABEPSS) e, desde os anos 1980, conta com um *Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social* (CEDEPSS). Em



2019, um incidente de inundação que atingiu a sede da ABEPSS, provocando danos a esse acervo, revelaram algumas vulnerabilidades das condições de guarda e preservação da documentação, além de limitações estruturais do trabalho das equipes que realizam sua catalogação e digitalização.

Existe outro aspecto da reconstrução dessa memória que supõe um volumoso acúmulo documental: aquele relativo à *organização política do Serviço Social*, contemplando a movimentação corporativa e sindical, mas que pode incluir, legitimamente, a mobilização e luta estudantil. Referimo-nos à miríade de arquivos e experiências, dispersos em diversos sujeitos, espaços e repositórios, relacionados (I) à atuação, a partir dos anos 1940, da *Associação Brasileira de Assistentes Sociais* (ABAS) e seus Centros Regionais nos estados; (II) à consecutiva criação e estruturação dos *Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais* (CFAS-CRAS, depois CFESS-CRESS) na década de 1960 em diante; (III) à construção e luta das Associações Profissionais (APAS), dos Sindicatos de Assistentes Sociais nos estados e das demais formas de inserção do Serviço Social no movimento sindical; (IV) à trajetória dos Diretórios e Centros Acadêmicos das escolas e cursos, das entidades e encontros dirigentes nacionais e regionais do movimento estudantil de Serviço Social. Na medida em que puder ser recuperada, catalogada e divulgada, através de esforços localizados e/ou coordenados nacionalmente, tal memória pode fornecer notáveis subsídios para a reconstrução histórica da institucionalização, consolidação e renovação do Serviço Social, em conexão com as lutas de classes no país, colaborando para compreensão das diferentes forças que compunham essas transformações na instituição profissional, com suas particulares determinações, reivindicações, programáticas e projeções políticas, aparelhagens organizativas, trajetórias históricas e composição social.

Existem também algumas fontes de documentação e memória que aparecem fornecendo insumos para a reconstrução histórica, contemplando transversalmente o conjunto das dimensões antes referidas. Em primeiro lugar, as experiências de protagonistas com trajetórias singulares marcadamente envolvidas na construção do Serviço Social, seja na criação e implementação das Escolas e cursos, na formação graduada, na luta estudantil e sindical, na intervenção profissional e no movimento dos órgãos corporativos. Tais experiências têm se objetivado, sobretudo, na forma de



depoimentos e entrevistas, representando uma das mais ricas fontes que a pesquisa histórica pode contar, e cujo potencial se multiplica se combinada com o acervo documental disponível.

Além disso, pode-se recorrer às evidências e materiais empíricos conectados com a trajetória do Serviço Social, dispersos em Arquivos e Centros de Documentação e Memória espalhados no país, ligados aos governos federal, estaduais e municipais, à instituições de ensino superior, entidades sindicais e partidárias, movimentos sociais, fundações e agências de pesquisa, etc. Uma fonte desse tipo, que tem subsidiado a pesquisa sobre o Serviço Social no Nordeste através do MEHSSPE, tem sido os arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, sobretudo aqueles vinculados ao projeto *Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevista*.

Ademais, as informações veiculadas por meio jornalístico, em periódicos de diversas abrangências e épocas, nas quais se documentam acontecimentos, reportagens, matérias, divulgações institucionais em torno de personalidades e entidades ligadas ao Serviço Social, têm se revelado decisivas para o resgate e complementação de registros da memória profissional. Um dos repositórios mais acessíveis e volumosos, com refinadas ferramentas de busca, diz respeito àquele oferecido pela *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*, com acesso virtual a mais de oito mil periódicos publicados no país a partir de inícios do século XIX.

Por último, vale assinalar que produções e manifestações artísticas igualmente podem conter representativos substratos para os estudos históricos sobre as dimensões da trajetória da profissão, sua imagem social, as determinações que conformam seus diferentes estágios de desenvolvimento. Essa constatação funda-se no pressuposto elementar de que a arte é uma forma específica do reflexo da realidade, constituindo um tipo de conhecimento de si mesmo da própria humanidade. Observe-se, por exemplo, as reveladoras (embora pontuais) menções ao Serviço Social no livro *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus; ou os dramas psicológicos e políticos que envolviam a vida profissional na ditadura retratados no romance *O passo de Estefânia* de Núbia Marques. Pense-se, ainda, em todos os elementos que podem ser capturados através das charges, desenhos, poesias, etc., que figuram nos boletins



e jornais do movimento estudantil e das organizações sindicais, em vários TCCs, ou na memória dos diversos encontros de estudantes e profissionais.

3. DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Um requisito atual de primeira ordem para as investigações voltadas à reconstrução histórica - de tanto maior peso e complexidade quando se considera as iniciativas que se debruçam sobre as realidades locais ou regionais - diz respeito ao tratamento teórico-metodológico que deve ser dado à profissão no contexto da reprodução das relações sociais: nesse âmbito, a *perspectiva de totalidade* nos revela seu valor heurístico na proporção em que apreendemos sua *dinâmica contraditória* e as *particularidades* constitutivas da realidade social em seu devir histórico. Em última instância, trata-se de saturar a análise e a reconstrução do passado dos fundamentos teórico-metodológicos da *dialética materialista*.

Em primeiro lugar, esse apontamento conduz diretamente à perspectiva e ao acúmulo categorial a partir dos quais começou a laborar a pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social no curso do que Netto (2017) identifica como “*intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional””²; de acordo com os mesmos, a história da profissão (e isso pode e deve ser capturado nas singularidades) se conecta com a trajetória do próprio desenvolvimento das contradições sociais e políticas típicas do modo de produção capitalista, estabelecidas nos quadros do aprofundamento do estágio monopolista; o que remete ao estudo concreto da afirmação das relações de produção fundadas no antagonismo entre capital e trabalho assalariado; tal antagonismo, por sua vez, nucleado pelas manifestações históricas das leis da produção tipicamente capitalista, voltada para acumulação ampliada, mediada pela forma mercadoria; a exploração da força de trabalho na grande indústria, a extração da mais-valia absoluta e relativa, através do emprego da maquinaria; a atuação combinada do trabalho vivo compartimentado e especializado no marco da divisão do trabalho, mas igualmente absorvido nas formas de existência da superpopulação relativa e do pauperismo.

A afirmação de relações tipicamente capitalistas onde emerge e se desenvolve o Serviço Social fornece o terreno econômico sem o qual é impensável o



desenvolvimento da instituição profissional; e tal afirmação exige ser conhecida em seus pormenores e peculiaridades. O estudo desse terreno social concreto precisa avançar, no entanto, até o domínio: 1) das lutas políticas que marcam a realidade burguesa em face das sequelas sociais da acumulação capitalista, com seus porta-vozes políticos e intelectuais, individuais e coletivos, representantes das forças em conflito em cada caso; e 2) da intervenção do Estado, capturado pelos requisitos da valorização e opressão capitalista, no sentido de promover políticas e instituições (em diversos níveis) funcionais à reprodução e controle contínuos da força de trabalho (ocupada e excedente) que se movimenta nas situações concretas em estudo.

Entendemos que a perspectiva de *totalidade*, própria da *dialética materialista*, leva igualmente a pesquisa histórica a perguntar-se sobre as tendências e contradições *particulares* que o *desenvolvimento desigual e combinado*³ - operante na esfera da produção e do mercado mundial, mas também no âmbito interno da nossa própria formação econômico-social - impôs para criação de um amálgama de formas diferenciais (arcaicas e modernas) de subordinação e exploração da força de trabalho, de conflitos e lutas entre as classes, de modalidades de intervenção estatal sobre a “questão social”, na medida em que se expande o capitalismo, subordinando assimetricamente as diversas regiões. Cabe, finalmente, tomar tais premissas como chave para desvendar o curso histórico multifacetado e desigual da emergência do Serviço Social nas variadas latitudes do país, as distintas (e nem sempre simétricas) vias pelas quais se desdobraram a erosão e crise do tradicionalismo nos espaços regionais, as trajetórias que expressaram a concretização da renovação profissional em face das singularidades que são observadas em cada situação concreta.

Nosso contato com os acervos da memória profissional tem realçado, na mesma medida, a importância de estudos que aprofundem a problemática acerca das formas históricas através das quais se particularizou o significado social do Serviço Social na reprodução das relações sociais; considerando especialmente os nexos históricos e as determinações recíprocas entre, de uma parte, as necessidades de controle e rebaixamento do valor da força de trabalho próprias do capitalismo dependente e, de outra parte, a combinação entre a *direção católica* e a marca de *profissão feminina* configuradora do Serviço Social durante sua emergência, institucionalização e parte do processo de renovação no Brasil.



As diversas fontes documentais com as quais entramos em contato nos trabalhos com o acervo da memória de Pernambuco (e de parte de outros estados do Nordeste) corroboram a hipótese de que o significado social do Serviço Social encontra-se mediado pela sua condição de profissão tipicamente feminina; o que cooperou para condicionar historicamente, não apenas sua *inserção subalterna e executiva na divisão das funções na aparelhagem da política social*, mas algumas das próprias particularidades do conteúdo da sua ação frente às necessidades de reprodução e controle da força de trabalho. Em parte, esse significado social se concretizou através da reiteração, na esfera de atuação do Serviço Social, do *papel reprodutivo* imputado às mulheres no interior da família monogâmica pela divisão sexual do trabalho e a dominação patriarcal; papel legitimado e reforçado pela direção do tradicionalismo católico sobre a formação profissional.

No trato com as expressões da “questão social”, o tradicionalismo católico, enquadrando a intervenção social no “ajustamento” de indivíduos e famílias, cooperava na projeção, para o âmbito da instituição profissional, de papéis equivalentes àqueles que eram imputados às mulheres no interior da família patriarcal: aparece, de vários modos, alimentada a identificação do Serviço Social com a imagem e as expectativas sociais que o pensamento conservador reconhecia como tipicamente femininos em nível doméstico. Daí a vinculação das competências do Serviço Social com atividades ligadas ao cuidado com a infância, dadas através de disciplinas como *Puericultura, Higiene e Nutrição*; o preenchimento da formação profissional com saberes ligados à administração (ou mesmo alguma produção) dos recursos da família, repassados através dos conteúdos de *Economia doméstica*; a inculcação das normas e valores morais de base doutrinária a serem propagados na família operária, com seus rebatimentos no disciplinamento e na reprodução de atitudes de resignação.

Por isso, não só o Serviço Social aparece, nessa acepção conservadora, como uma espécie de vocação ou instituição “naturalmente” feminina, que transplantaria para ação pública com a “questão social” a contribuição que as mulheres por suposto já ofereciam secularmente no interior do lar. Por meio do controle católico da formação profissional, que buscava educar as estudantes de acordo com as convicções da Igreja, as Escolas buscavam transmitir a imagem de que também cooperariam para



alçar suas alunas a condição de mulheres aptas a assumirem, na vida privada, seu lugar e função no casamento de acordo com os princípios confessionais.

Desse modo, às estudantes das Escolas de Serviço Social aparece reservado um *duplo papel* na reprodução dos mecanismos de opressão da mulher na família patriarcal: elas mesmas, ao serem submetidas à formação profissional conduzida pela Igreja, adotariam modelarmente atribuições tidas como naturalmente femininas na construção da sua família e vida privada; e, através de sua atuação na esfera extra-doméstica como assistentes sociais, poderiam replicar tais atribuições na dinâmica interna das famílias da classe trabalhadora absorvidas pela ação assistencial, direcionando-se, especialmente, para as mulheres e crianças.⁴ Assim materializando, por fim, uma das formas particulares através das quais o Serviço Social passaria a intervir nas condições de reprodução e controle da força de trabalho, ao arraigar, no meio operário, arranjos e condicionamentos da família patriarcal mediados pelo doutrinário católico; ensejando, por essa via, práticas e valores incidentes no rebaixamento dos custos da força de trabalho, na recomposição das energias humanas para o exercício laboral, no disciplinamento e enquadramento ideológico do seu tempo livre.

Em suma, nota-se aí um veio de investigação histórica que, se assume densidade e investimento, pode repercutir na apreensão concreta do significado social da profissão - na esteira das hipóteses colocadas por interessantes sistematizações - com ressonância, não apenas para o adensamento dos conhecimentos sobre as primeiras décadas de existência do Serviço Social no Brasil, mas igualmente para os estudos sobre as reconfigurações (e reatualizações) mais recentes na relação da profissão com o Estado, as classes sociais e as políticas sociais, a movimentação e luta das mulheres e a alteração dos seus papéis no âmbito extra-doméstico provocada pela urbanização e industrialização acelerada.

Por último, nos interessa assinalar dois outros aspectos suscitados nos trabalhos com a memória e a documentação histórica do Serviço Social em Pernambuco (e de alguns outros estados do Nordeste) que nos parecem sinalizar para problematizações que podem enriquecer os estudos de reconstrução histórica da profissão, não apenas regionalmente: 1) a relação genética que se esboça entre criação das Escolas de Serviço Social, a mobilização social e as demandas



ocupacionais colocadas em torno do *higienismo*⁵; 2) as conexões históricas entre a emergência do Serviço Social, seu significado social, e a questão étnico-racial no Brasil.

Quanto ao primeiro ponto, a própria Yamamoto (2015, p. 232) destacou, como um dos limites da sua pesquisa desenvolvida com Raúl de Carvalho em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, “[...] a ausência de uma nítida demarcação da influência higienista nas origens do Serviço Social no país.” Por sua vez, trabalhos como os de Machado (2015) e Vasconcelos (2002) detectaram a presença do higienismo na criação das escolas pioneiras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Scheffer et. al. (2019) identificam a mesma influência ao tratarem da formação de assistentes sociais no Rio Grande do Sul entre 1945-1954. A bibliografia que aborda a emergência da profissão no Nordeste tem chamado atenção, igualmente, para o caráter higienista dos conteúdos dos primeiros cursos criados na região (MOTA et. al., 2022), com mais evidências nas experiências da Bahia (CARREIRA et. al., 2021), do Rio Grande do Norte (GOUVEIA et. al., 1993), do Ceará (LIMA et. al., 2018) e Pernambuco (SILVEIRA Jr., 2021, 2022). Particularmente em Pernambuco, registros coletados em matérias jornalísticas (LIGA..., 1937) alertam para a atuação da Liga de Higiene Mental nas articulações para a preparação do próprio projeto de criação do curso, ainda em finais da década de 1930; articulações nas quais se envolviam organicamente também a Ação Católica, os Círculos Operários Católicos e o Juizado de Menores. Em todo o caso, o higienismo aparece como uma matriz intelectual que legava para o universo teórico-ideal e operativo do Serviço Social um conjunto de preceitos racionalizadores ligados, sobretudo, aos conhecimentos em voga na medicina social, psiquiatria, antropologia, nutrição e economia doméstica. Tais preceitos aparecem resvalando especialmente nas práticas de assistência à infância, no “tratamento social” em áreas da saúde e habitação, na ação pedagógica de “ajustamento” da família operária (ou do meio rural), tendentes a conformação de um modo de vida do trabalho necessário aos processos de urbanização e industrialização. Em torno desse tema, igualmente os estudos de reconstrução histórica do Serviço Social podem oferecer importante contribuição para a compreensão dos fundamentos profissionais no país, tanto em face do seu passado, quanto colaborando na problematização de tendências contemporâneas da intervenção social do Estado que projetam-se na reatualização de práticas higienistas.



Tal tema conecta-se, ainda, ao segundo aspecto suscitado nos trabalhos com a memória e a documentação do Serviço Social: os nexos histórico-concretos entre o significado social do Serviço Social na reprodução das relações sociais e a questão étnico-racial. De uma parte, porque a apreensão da questão racial ganha enorme impacto para o alcance de uma resposta satisfatória acerca da particularidade da “questão social” no Brasil; tanto mais quando encaramos a formação da classe trabalhadora no Nordeste. No caso, ressalta-se o peso que a questão racial possui na formação do contingente da força de trabalho assalariada na região: uma massa de homens, mulheres e crianças refugados pela instituição bárbara do trabalho escravo em desagregação durante o século XIX, e cujas formas de opressão, então perpetuada, serviram para sancionar o rebaixamento do valor do capital variável ou impelir vastíssimas fileiras dessa população para os patamares mais baixos dos estratos da superpopulação relativa e do pauperismo no curso da expansão capitalista. Não surpreende, portanto, que nesse percurso a “questão social” se encontrasse frequentemente identificada, conforme Machado (2015), como um “mal social” (ou formas de “desajustamento”) muitas vezes ligado às explicações de origem étnico-racial; sob a ótica do eugenismo ou do higienismo, associadas a propensões biológicas ou culturais da população negra, por exemplo. Nesse âmbito, importa-nos, tão somente, sinalizar a potencialidade que a documentação sobre a memória do Serviço Social porta para colaborar com o desvelamento dessa determinação na conformação da própria “questão social” e das modalidades de opressão conduzidas pela intervenção social do Estado no desenvolvimento capitalista no país, além de suas conexões com as ideologias conservadoras na trajetória da profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações e restrições que incidem sobre os empreendimentos voltados para a *reconstrução da memória* do Serviço Social encontram suas raízes, em última instância, nas tendências abrangentes operantes no país nas relações entre as classes sociais, o Estado e a sua memória social, política e institucional. A dominação de classe correspondente à afirmação do sistema colonial e subsequente formação do capitalismo dependente refletiu-se, em termos dos mecanismos constitutivos da



cultura nacional, nos expedientes ideológicos de *mistificação e ocultamento* da opressão violenta da exploração econômica aplicada durante a empresa colonizadora e o desenvolvimento do modo burguês de produção; na *adulteração, velamento ou pura destruição* da memória dos movimentos e lutas dos explorados e oprimidos na construção de sua independência política e ideológica; na *disputa e captura das interpretações* sobre o passado e o significado do patrimônio cultural e de protagonistas (políticos, intelectuais, artísticos, etc.) da história do país. Tudo isso repercutiu, de algum modo, nas crônicas vicissitudes, distorções e/ou restrições estruturais das mais diversas experiências, instâncias, equipamentos e políticas, institucionais ou não, voltados ao resgate, preservação e divulgação da memória e de documentos históricos.

No âmbito do Serviço Social, a reconstrução da memória e o aprofundamento da reconstrução histórica aparecem progressivamente demandados como variáveis do próprio *movimento de busca de ruptura com o conservadorismo*, que se coloca na direção da consolidação e fortalecimento dos laços do corpo profissional, de pesquisadores, docentes e estudantes com as lutas das classes exploradas e dos contingentes oprimidos. A memória e a história, nesses termos, tornam-se tanto mais significativas quanto permitem o acesso ao conhecimento das experiências do passado, dos métodos e instrumentos de luta que constituem o patrimônio da tendência de *intenção de ruptura*, quando joga luz retrospectiva sobre seus impasses e bloqueios, desvenda suas ligações mutáveis com os movimentos das classes sociais.

REFERÊNCIAS

CARREIRA, Gilca Oliveira; OLIVEIRA, Ivone Pires Pereira de; CRUZ, Alessandra Carvalho. Percurso histórico da criação da escola de Serviço Social da Bahia. *In*: SILVEIRA Jr., Adilson Aquino Silveira (org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.p 47-66.

GOUVEIA, Eliezer Camilo de; CAVALCANTI, Maria Crinaura D.; CARDOSO, Maria Ilmar D. B.; MIRANDA, Maria de Lourdes M. **Memória da Escola de Serviço Social de Natal: 1945-1955**. Natal, RN: Editora Universitária da UFRN, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *In*: COSTA, Cardoso e JESUS, Cesar. Revisitando um clássico da interlocução do serviço social com a tradição marxista: Entrevista com

Marilda Villela Iamamoto sobre os 33 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. **Em Pauta**, v. 13, nº 35, p. 225-247, 1º semestre de 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIGA de Hygiene Mental. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 112, nº 171, p. 6, quarta-feira, 2 junho de 1937.

LIMA, Fabiana Moreno de; CUNHA, Laura Maria; NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Gêneses do curso de Serviço Social no Brasil: as particularidades da conjuntura no Ceará (1950-1975). In: CUNHA, Laura Maria (Org.). **Serviço Social**: história, formação profissional e ética. Fortaleza: Socialis, EdUECE, 2018. p. 146-187.

MACHADO, Graziela Scheffer. **Serviço Social, Formação Brasileira & Questão Social**: na cadência do pioneirismo carioca. 2015. 343 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO (MEHSSPE) (org.). **Memória do Serviço Social em Pernambuco**: inventário do acervo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1544VqAPE6AgjAUDimgPIOFyFruOGfts/view>. Acesso em 01 jul. 2020.

MONTALVÃO, Camila Sobral Leite Lyra. **O Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco nas Décadas de 1950-1970**. Recife: Ed. da autora, 2022.

MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela. **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64. 1. ed. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.p. 49-77.

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação**: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. São Paulo, 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SCHEFFER, Graziela; ZACARIAS, I. R.; MIGOCHI, J. F. A influência do higienismo na formação dos assistentes sociais gaúchos (1945-1954). In: **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social** (2019) Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2019. v. 1. p. 1-12.



SILVEIRA Jr., Adilson Aquino Silveira (org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino Silveira (org.). **Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. Curitiba: CRV, 2022.

SOARES, Luanna Barbara Cavalcanti. **Paulo Freire e a Escola de Serviço Social de Pernambuco**. 2022. 64 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

¹ Uma apreciação panorâmica da produção sobre a história do Serviço Social no Nordeste, realizada em Silveira Jr. (2022), verifica uma tendência desse tipo na literatura publicada na região.

² O conjunto desses fundamentos é bastante conhecido, e suas linhas principais encontram-se sumariadas, principalmente, em Iamamoto e Carvalho (2006) e Netto (2004, 2017).

³ Uma discussão sobre os fundamentos desse tema pode ser encontrada em Silveira Jr. (2022).

⁴ Algumas evidências indicam que esse tipo de tendência não deixou de comportar contradições e manifestações de resistência por parte das discentes das Escolas, que certamente se expressaram em algumas trajetórias individuais, possivelmente mesmo em movimentos coletivos.

⁵ Para um resgate da história do higienismo, consultar Machado (2015) e Vasconcelos (2002)

SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: preservação da memória e reconstrução da história

Sofia Laurentino Barbosa Pereira¹

RESUMO

Objetiva-se contribuir com o adensamento do debate acerca da reconstrução histórica do Serviço Social no Piauí, considerando a parca literatura sobre as particularidades da profissão e da formação nas distintas regiões. Para tal, com base em estudo bibliográfico e documental, realiza um resgate da história da profissão no Estado e da trajetória do curso na Universidade Federal do Piauí, e, em seguida, apresenta relato de experiência do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, que desenvolve ações voltadas para a preservação da memória e socialização do patrimônio histórico e documental no âmbito da UFPI. Compreende-se que as experiências de reconstrução históricas locais e regionais são fundamentais para alimentar a compreensão dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Memória. História. Piauí.

ABSTRACT

This article objective to contribute to the discussion about the historical reconstruction of Social Work in Piauí, considering the scarce literature on the particularities of the profession and training in the different regions. Based on a bibliographic and documental study, it rescues the history of the profession in the State and the trajectory of the course at the Federal University of Piauí, and then presents an experience report of the Extension Program “Memory of Social Service in the Piauí”, which develops actions aimed at the preservation and socialization of historical and documentary heritage within the scope of UFPI. It is understood that local and regional historical reconstruction experiences are fundamental and feed the understanding of the socio-historical foundations of Social Work in Brazil.

KEYWORDS: Social Work. Memory. History. Piauí.

¹ Universidade Federal do Piauí; Doutora em Políticas Públicas; sofialaurentino@ufpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Nessa direção, pretende-se contribuir com o adensamento dessa discussão, a partir de um olhar para o Serviço Social na realidade do Piauí. Realiza-se um breve resgate sobre a história da profissão no Estado, com ênfase na trajetória do curso na Universidade Federal do Piauí. Em seguida, apresenta-se um relato de experiência do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, que visa promover o resgate da memória e a reconstrução da história da profissão e da formação, a partir de ações voltadas para a preservação e socialização do patrimônio histórico e documental.

Para tal, realizou-se pesquisa bibliográfica, com autores de referência sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, no Nordeste e no Piauí; assim como documental, a partir de análise preliminar dos currículos implantados na UFPI e outros documentos localizados no acervo histórico do curso – ainda em construção. O texto parte da concepção analítica da dialética crítica de Marx, compreendo que “a história é a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções” (IAMAMOTO, 2015, p.203).

2 NOTAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ

A literatura crítica do Serviço Social brasileiro, consolidada sobretudo a partir da década de 1980 com a produção de Iamamoto e Carvalho (2007), no cerne do projeto de intenção de ruptura (NETTO, 2015), compreende a trajetória da profissão no Brasil articulada com as transformações sócio-históricas, políticas, econômicas, culturais e regionais, que tem no seu cerne as contraditórias relações entre as classes sociais, que conformam a sociedade capitalista no país.

Sob essa perspectiva, “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.77). Assim, apreende-se o surgimento do Serviço Social “como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada [...] ao aparecimento das mazelas próprias à ordem burguesa” (NETTO, 2011, p.17), no âmbito do capitalismo monopolista.

A legitimação e institucionalização do Serviço Social se dá, portanto, em decorrência da crescente intervenção do Estado sobre a questão social, mediante políticas sociais, em virtude da necessidade de enquadramento da população urbana ao processo acelerado de industrialização. Nesse processo, no Brasil, a partir de 1940, no Estado Novo, ocorre o desenvolvimento das grandes entidades socioassistenciais, que demandam mão de obra técnica e especializada, possibilitando a profissionalização do Serviço Social, através de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Nesse contexto, os(as) assistentes sociais atuam na reprodução, acumulação e valorização do capital, na medida em que sua intervenção reproduz respostas integradoras e legitimadoras da ordem burguesa. Deste modo, a profissão se legitima ao responder as necessidades sociais das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e trabalho.

Esse mesmo movimento pode ser observado na historiografia do Serviço Social no Piauí, cuja implementação se dá, segundo Setubal (1984), com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada no Estado em 1942, com a primeira assistente social contratada em 1947, pela necessidade de um profissional “técnico que soubesse utilizar melhor os recursos humanos e materiais disponíveis” (SETUBAL, 1984, p.127). Sabe-se que, como já ressaltaram Iamamoto e Carvalho (2007), a LBA foi essencial no processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, contribuindo para ampliação da contratação de assistentes sociais para atuar diretamente na organização e distribuição de serviços assistenciais, o que também aconteceu na realidade piauiense. Merecem destaque também outras entidades pioneiras da profissão no Piauí: o Serviço Social da Indústria (SESI), fundado em 1958, o Serviço Social do Estado (SERSE) e a Ação Social Arquidiocesana (ASA), ambos fundados em 1960 (SETUBAL, 1984).

Importante assinalar que, nessa década, o Piauí era marcado por altos índices de pobreza, analfabetismo e descaso do poder público frente as mazelas sociais. Dessa forma, o surgimento dessas entidades e a progressiva inserção dos(as) assistentes sociais nesses espaços evidencia as respostas do Estado, da Igreja Católica e da sociedade piauiense da época às expressões da questão social emergentes naquele contexto.

Setubal (1984) aponta que a atuação profissional no Piauí até a década de 1960 se assemelhava a realizada pelos(as) assistentes sociais no eixo Rio/São Paulo

na década de 1930 e 1940, quando ainda estavam sob a influência franco-belga. Assim, as referências orientadoras do Serviço Social norte-americano apareceram tardiamente no Estado, o que revela algumas particularidades regionais da trajetória da profissão no Piauí, relacionadas com a sua formação sócio-histórica, política e econômica.

No período entre 1963 e 1980 há uma ampliação significativa do mercado de trabalho para a profissão no Piauí, tanto em instituições públicas, quanto privadas e no terceiro setor, que revelam as transformações no âmbito do Estado e da sociedade na realidade piauiense:

A partir dos primeiros anos de chegada dos(as) assistentes sociais ao Piauí, esse estado passa a ser um grande polo aglutinador dessa mão-de-obra profissional, fazendo, assim, com que haja uma grande expansão desse mercado de trabalho profissional. Nesse sentido, instituições públicas e privadas, do período, passam a contratar o(a) assistente social, tais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), as Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA), as Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), as Telecomunicações do Piauí (TELEPISA), a Rede Ferroviária Federal do Piauí (REFFSA), a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), o Instituto de Assistência e Previdência Privada do Estado do Piauí (IAPEP), entre outras instituições, foram as primeiras contratantes de profissionais do Estado do Piauí (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021a, p.68).

Nessas instituições, já se observava uma atuação influenciada pelo funcionalismo e pela tríade “caso, grupo e comunidade”, que fragmentavam o olhar e a intervenção sobre a realidade. Sob bases teórico-metodológicas novas, os(as) assistentes sociais reiteram sua atuação em uma perspectiva político-ideológica que era do interesse das classes hegemônicas no Estado:

A utilização desta teoria fez com ele (o Serviço Social) contribuísse ainda mais para os interesses da classe detentora do poder no Piauí, como também para os interesses das regiões hegemônicas do país que necessitam manter as estruturas de produção e domínio da Região Nordeste para, assim, se beneficiar com o seu excedente (SETUBAL, 184, p.134).

Desde a chegada da primeira assistente social ao surgimento do primeiro curso de Serviço Social no Estado, em 1976, na Universidade Federal do Piauí, passaram-se mais de três décadas. Isso implica que os(as) primeiros(as) assistentes sociais que atuavam no Piauí eram formados(as) em outras regiões, sobretudo Ceará e Maranhão, que fazem fronteira com o Estado, mas também Rio de Janeiro e Pará (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021a).

Apenas em 1968 a UFPI foi instituída, tendo seu surgimento ligado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), criado através da Faculdade de Direito, em 1945 e do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, em 1958, mas somente no ano de 1973 foi instalado como Centro. Assim, o CCHL se originou de estruturas de ensino já instaladas antes mesmo do credenciamento da UFPI enquanto Universidade, em 1968, e a sua inauguração enquanto Centro, em 1973, com os cursos de Direito, Filosofia, Geografia, História e Letras. Alguns anos depois, em 1976, o curso de Serviço Social foi fundado, juntamente com os cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (PASSOS, 2006; UFPI, 2020).

Não por acaso, o primeiro curso de Serviço Social do Piauí surgiu tardiamente, quarenta anos após a inauguração da escola pioneira no Brasil, em São Paulo. No Nordeste existiam, até então, nove cursos de Serviço Social, sendo o primeiro da região inaugurado em Pernambuco, em 1940. Segundo Vieira (1992), as escolas de Serviço Social criadas na região nas décadas de 1940 e 1950 nasceram como unidades isoladas, particulares, com orientação católica, a maioria sob a responsabilidade de congregações religiosas. Aquelas inauguradas nas décadas de 1960 e 1970 já nasceram integrando as universidades, sob responsabilidade do poder público, como é o caso do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

As principais motivações que levaram a criação deste curso na UFPI foram a carência de assistentes sociais para atuar nos programas sociais das diversas instituições que se ampliaram no Estado desde a década de 1970, associado a grande demanda de piauienses em busca de universidades em outras regiões para cursar Serviço Social (UFPI, 1987)

Após a sua criação, o curso de Serviço Social da UFPI ofertou 40 vagas no primeiro vestibular no ano de 1977, cuja turma concluiu em 1981 (FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021b). E, ao longo de sua trajetória, passou por quatro currículos, que refletem as determinações sócio-históricas, políticas e econômicas enfrentadas pela profissão no Brasil no decurso histórico, assim como as particularidades regionais.

O denominado primeiro “Currículo Pleno” foi implantado em 1977 e teve vigência até 1984, atrelando-se ao Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (GUIMARÃES, 1995). Nesse cenário, vivenciava-se a Ditadura Militar no Brasil, ao tempo em que o Serviço Social brasileiro já avançava em seu processo de renovação profissional, rechaçando em críticas ao modelo de formação



tradicional. No entanto, o currículo implementado no curso da UFPI na época não se articulava com essa perspectiva, tendo clara influência do modelo norte-americano, visualizado nas disciplinas de Serviço Social de caso, grupo e comunidade, e nos fundamentos teóricos funcionalistas e psicologistas. Dessa forma,

[...] a escola de Serviço Social piauiense não adotava uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a esse tema. [...] Percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente (SILVA, 2003, p.39 apud ROSA; SILVA; NASCIMENTO, 2003, p.1).

Diferente do primeiro currículo da UFPI, o segundo foi construído coletivamente, resultado de um amplo processo de discussão e deliberação de docentes, discentes e assistentes sociais supervisores(as) de estágio, visando um projeto curricular que atendesse as novas demandas, temáticas e desafios colocados para a profissão na época, no Brasil e no Piauí (UFPI, 1987). Assim, o Currículo II foi aprovado em 1982 e permaneceu até o ano de 1994, sendo baseado no parecer nº 412/82 do CFE, período de efervescência política no país. Nesse currículo, segundo Guimarães (1995), o enfoque desloca-se da área da psicologia para as áreas de sociologia, filosofia, formação socioeconômica e política brasileira, de forma que a formação profissional para a adotar uma concepção dialética marxista. Essa perspectiva permanece no terceiro currículo, que vigorou de 1995 a 2006.

Seguindo as discussões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que aprovaram as propostas das Diretrizes Curriculares, houve, em 2007, aprovação do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI, que deu base para o seu quarto currículo (GUIMARÃES, 1995; FERREIRA; SILVA; GUIMARÃES, 2021).

Importante assinalar que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são expressão do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e balizam um novo projeto de formação no país, que se articula a uma concepção de educação e de sociedade referenciada na “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p.24), princípio fundamental do Código de Ética da profissão de 1993. Essa perspectiva é verificada no Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI de 2007, assim como sua atualização de 2012.

Dessa forma, o projeto formativo construído coletivamente pela profissão no Brasil, em que se assentam as Diretrizes Curriculares, apregoam uma concepção de educação emancipatória, concebida como direto social e dever do Estado. Todavia, vem disputando a direção da política de educacional no país e avançando desde a década de 1990, um projeto ligado aos interesses do grande capital, personificados na ampliação do ensino superior privado, na ampliação na modalidade à distância e no sucateamento das universidades públicas, como parte do movimento de aceleração da mercantilização da educação, que ameaça a formação em Serviço Social. Esse processo também pode ser observado na realidade piauiense.

Até o ano de 2002, todos(as) os(as) profissionais graduados em Serviço Social no Piauí eram egressos da UFPI. A partir desse período surgem os primeiros cursos de Serviço Social em faculdades privadas (GUIMARÃES, 2005), período em que se expande gradativamente a sua oferta em todo o país. Em 2010, seis IES ofertavam o curso na modalidade presencial e seis à distância no Piauí. Já no ano de 2022, esse número se amplia para 48 cursos ativos, sendo 17 presenciais (MEC, 2022) e apenas um ofertado em Instituição Pública, de forma gratuita. Destaca-se ainda a ampliação das vagas na modalidade à distância, que, em 2019, contava com 2.166 alunos matriculados nesta modalidade em cursos de Serviço Social no cenário piauiense (INSTITUTO SEMESP, 2021).

Mesmo com o expressivo número de matrículas e cursos de Serviço Social EaD, um quantitativo reduzido de assistentes sociais inscritos(as) no CRESS da região do Piauí é formado por esta modalidade, correspondendo a 17,70%. No entanto, a maioria dos(as) profissionais inscritos nesta regional são formados em instituições privadas com fins lucrativos, com cerca de 51% (CFESS, 2022). Com a pandemia da Covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial, observa-se uma tendência a ampliação dos cursos nas modalidades não presenciais. Aliado a isso, destaca-se a escassez de estudos que explicitem como tem se dado a formação nessas IES privadas no Estado.

Diante desse contexto de mercantilização do ensino, articulado a precarização da formação, a UFPI permanece a quase cinco décadas ofertando uma formação em Serviço Social presencial, gratuita, laica e de qualidade no Piauí. Até 2022, foi responsável pela formação de 1366 bacharéis em Serviço Social e permanece como a primeira e única IES pública a ofertar este curso no Estado. Isso evidencia a



importância do desenvolvimento de ações voltadas a compreensão da trajetória e preservação da memória deste curso.

3 A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO “MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ”

O curso de Serviço Social da UFPI, primeiro e único curso ofertado em uma Instituição Pública e gratuita no Estado, celebrará o seu cinquentenário em 2026. Em que pese a sua relevância para a formação profissional e para a sociedade piauiense em geral, é parca a produção e socialização de estudos¹ voltados para a reconstrução da história do curso e da profissão de uma forma geral no Piauí.

Aliada a escassez na literatura, destaca-se a grave situação em que se encontram os inúmeros documentos históricos que guardam a memória do Serviço Social na UFPI, localizados em diversos arquivos, armários e gavetas, sejam na Coordenação de Curso, no Departamento de Serviço Social, em gabinetes ou acervos pessoais de docentes. No decorrer dos anos esses arquivos físicos sofreram desgaste, assim como os documentos digitais disponíveis em CDs, disquetes etc. se dispersaram e sofreram danos que dificultam ou impossibilitam o acesso as suas informações. Dessa forma, o registro dessa memória vem se perdendo ao longo dos anos e inexistente uma política institucional de preservação desse acervo, que é fonte fundamental para pesquisas não apenas sobre o Serviço Social.

Memória entendida aqui não apenas como local de recordações, mas como espaço fundamental para apropriação do passado, com rico potencial para o conhecimento da história e para a construção do presente do futuro. Nessa direção, Le Goff (1990, p.441) aponta ainda que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

No Brasil, os conceitos de memória e história, no Serviço Social, pautados em uma concepção dialético-crítica, ganham ainda mais importância após a intenção de ruptura, na medida em que “o Serviço Social tem se apropriado da noção de memória para discutir a profissão na tentativa de reconstruir sua trajetória histórica e, assim, reafirmar os compromissos políticos do presente” (FORD, 2018, p.15). Nessa perspectiva, o conceito de história é considerado levando em conta os processos sociais, econômicos, políticos, culturais e regionais e, portanto, inserida no âmbito da

sociabilidade capitalista, passando a ser fundamental para desvelar o significado da profissão.

Essas e outras inquietações motivaram a criação do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, que propõe: localizar, digitalizar e organizar as fontes de informações, documentos e arquivos históricos do Curso de Serviço Social da UFPI, no período de 1976 a 2021; socializar o acervo histórico e documental sobre a trajetória Curso de Serviço Social na UFPI, a partir da criação e alimentação de página na internet; promover debates, eventos e publicações sobre a trajetória do Curso de Serviço Social da UFPI; difundir conhecimentos e fomentar pesquisas sobre a história do Serviço Social no Piauí; contribuir para que as novas gerações de docentes e discentes possam conhecer a história do Curso de Serviço Social da UFPI; criar espaços de integração entre ensino, pesquisa e extensão, envolvendo docentes, discentes da graduação e pós-graduação, assistentes sociais e comunidade em geral.

O referido Programa de Extensão foi criado no ano de 2022 por docentes do departamento de Serviço Social e conta, em sua equipe, com professoras ativas e aposentadas do curso, estudantes da graduação e da pós-graduação, técnicos da UFPI e assistentes sociais do Piauí, e está vinculado a ações de ensino e pesquisa. Importante destacar que os documentos nos quais a equipe vem trabalhando no Programa versam não apenas sobre a história do Serviço Social, mas trazem informações privilegiadas sobre os caminhos percorridos no interior da Universidade Federal do Piauí ao longo dos anos, sobre as instituições locais e regionais que se articularam com o curso, como campos de estágio, pesquisa e extensão em diferentes épocas.

Documentos estes que não são artefatos neutros do passado que registram a realidade social, ao contrário, são dotados de significados sócio-políticos e, portanto, são fundamentais para a preservação da memória e fontes de dados privilegiadas para a realização de pesquisas que visem a reconstrução histórica. Dessa forma, a preservação e socialização desse acervo histórico e documental é fundamental para compreensão das transformações e acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais do Piauí nas últimas cinco décadas.

Em sua operacionalização, planejou-se a realização de um inventário do acervo histórico e documental do curso de Serviço Social da UFPI até então acumulados, disposto em arquivos físicos e digitais em diversos espaços da Universidade, no



Departamento de Serviço Social, na Coordenação de Cursos, nas Bibliotecas da UFPI, assim como no acervo pessoal de docentes etc.

Para operacionalização dessa ação, as equipes de trabalho atuam na: 1) localização dos documentos; 2) catalogação dos arquivos; 3) organização e digitalização do acervo; 4) publicização do acervo. Os arquivos identificados são catalogados e identificados por eixos, tais como: currículos, projetos pedagógicos e documentos relativos a revisões curriculares; programas e planos de disciplinas; monografias, dissertações, teses e relatórios de pesquisas; documentos relativos ao Estágio Supervisionado; Pós-Graduação; dados sobre programas, projetos, cursos e eventos de extensão; dados acadêmicos sobre discentes; documentos administrativos, tais como atas e memorandos.

Além disso, foram organizados eventos de extensão com objetivo de qualificar a equipe de trabalho para desenvolver ações voltadas a preservação da memória, capacitar para o manuseio de documentos históricos e dialogar com outras experiências de trabalho com acervo nas escolas de Serviço Social no Nordeste. Para isso, houve necessidade de articulação com outros departamentos, setores e universidades.

Destaca-se que a própria UFPI não dispõe do curso de biblioteconomia ou arquivologia, e os(as) profissionais contratados para exercer essas funções são escassos, o que exigiu articulação com instituições externas. Isso também revela que as ações de preservação da memória institucional não vêm sendo priorizadas no âmbito da Universidade Federal do Piauí.

Em que pese relevância do Programa, os desafios para sua implementação são diversos, que permeiam desde o papel secundário dado a extensão nas universidades públicas, a dificuldade de financiamento, ausência de espaço físico e equipamentos adequados para desenvolvimento das ações, o reconhecimento insuficiente de carga horária para os(as) docentes extensionistas, dentre outras. Mesmo compreendendo que o tripé da formação superior brasileira é composto pelo eixo ensino, pesquisa e extensão, tradicionalmente, este último enfrenta grandes dificuldades, o que precisa ser problematizado à luz do avanço do projeto neoliberal de educação superior que coloca limites estruturais ao ensino superior público.

Por fim, cabe reiterar que as ações desenvolvidas pelo Programa não se limitam ao âmbito extensionista, mas estão intimamente articuladas com atividades de



pesquisa e ensino, de forma a fomentar a indissociabilidade desse tripé, assim como promover uma cultura de preservação da memória institucional e produção sobre as dimensões históricas da profissão no Estado.

4 CONCLUSÃO

Pretendeu-se contribuir com a literatura acerca do Serviço Social no Piauí, trazendo elementos sobre a relevância da preservação da sua memória e a ampliação de estudos sobre a sua reconstrução histórica. Nessa direção, é fundamental a produção de pesquisas voltadas para um olhar investigativo para a história do Serviço Social, a partir de uma análise da dialética-crítica, que possibilite desvelar o significado da profissão no Brasil e nas distintas regiões. Essas experiências com reconstrução históricas locais e regionais são fundamentais e alimentam a compreensão da trajetória do Serviço Social brasileiro.

É tarefa urgente preservar e organizar o acervo documental existente sobre o Serviço Social no Piauí, que tem um valor histórico insubstituível, no entanto, os arquivos se encontram em situação precária de desgaste, sem o cuidado nem a organização adequada. Foi diante dessa necessidade que surgiu o Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” que, embora embrionário, tem desenvolvido ações fundamentais voltadas a preservação do patrimônio documental e histórico da profissão no Estado. A experiência, ainda em seu primeiro ano, permitiu visualizar a potencialidade da extensão, articulada ao ensino e a pesquisa, na recuperação da memória e da história. Espera-se que esse acervo, ao longo do tempo, possa se constituir como fonte de pesquisas sobre as diversas particularidades da história do Serviço Social piauiense, subsidiando a ampliação de estudos sobre o tema.

Dentre as dificuldades encontradas, destaca-se a necessidade de que as ações voltadas a preservação da memória e reconstrução da história do curso de Serviço Social da UFPI sejam contínuas e incorporadas pelo corpo do Departamento de Serviço Social e pela UFPI, como algo coletivo, e não como ação pontual e isolada de um pequeno grupo de docentes. Exige-se ainda o reconhecimento institucional, sobretudo através do financiamento das ações, disponibilização de equipamentos

adequados, assim como o próprio fortalecimento de uma política de preservação da memória no âmbito da Universidade Federal do Piauí, que ainda é escassa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (Org.). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília (DF), 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>
Acesso em: 04 set. 2022.

FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O Serviço Social no Piauí. In: JUNIOR, A.A.S. (Org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste.** Curitiba: CRV, 2021a, p.67-80.

FERREIRA, Maria Dalva M.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S.; GUIMARÃES, Simone de Jesus. O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: contexto histórico e singularidades. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela (Orgs.) **Serviço Social no Nordeste:** das origens à renovação. São Paulo: Cortez Editora, 2021b, p.216-230.

FORD, Juliana Viana. O Serviço Social e o debate sobre tempo, história e memória. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 52-69, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WjibZKpccPFqfZTyFM5zsVqP/?lang=pt&format=pdf>
f Acesso em: 02 jun. 2023.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica:** alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior.** Dados Estados e Regiões. 11ª edição, 2021. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/>> Acesso em: ago. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LUZ, L. C. X. **De onde vem e para onde vão os assistentes sociais:** elementos configurativos do mercado profissional de Teresina nos anos 90. São Paulo, SP: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Dissertação (Mestrado).

Pontifícia Universidade Católica de São, 1999.

MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. **Sistema eMEC**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 19 jul. 2022.

MOTA, Ana E.; VIEIRA, Ana V.; AMARAL, Angela. Apresentação. In: MOTA, A. E. et al (Orgs.) **Serviço social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez Editora, 2021, p.21-27.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PASSOS, Guiomar O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Brasília, DF: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; SILVA, Maria do Rosário Fátima; NASCIMENTO, Liciane Costa. **Proposta de projeto pedagógico para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Teresina-PI, 2003. (Mimeo)

SETUBAL, Aglair. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez Editora: São Paulo, Ano IV, n.12, agosto de 1983, p.109-139.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. (Org.) **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson A. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. Curitiba: CRV, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU - Centro de Ciências Humanas e Letras - 2021 - 2022**. Teresina: UFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. Coordenação do curso de Serviço Social. **Proposta de currículo pleno do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, com base no parecer 412/82 CFE**. Teresina: UFPI, 1987.

VIEIRA, Ana Cristina S. **Ensino de Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. Programas Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo, 1992.

¹ Dentre as poucas publicações localizadas que se debruçam sobre a trajetória da profissão no Piauí destacam-se os estudos realizados por Setubal (1983), Guimarães (1995), Luz (1999) e Ferreira, Silva e Guimarães (2021a; 2021b).

SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO:

re(visitar o passado) res(significar) a memória, re (construir) a história, avançar na
luta

Selma de Oliveira Brandão³

RESUMO

Reflexão acerca da origem da formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Maranhão, mediado pelo Curso da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Dentre as várias instituições diretamente envolvidas neste processo, aborda-se a centralidade da Igreja Católica, com destaque para a função desempenhada pela Congregação Missionárias de Jesus Crucificado na criação da Escola Maranhense de Serviço Social em 1953 e sua relevância na história da profissão no estado. Enfatiza-se a importância da organização e preservação da memória e história na UFMA enquanto política pública.

Palavras-chave: Serviço Social. Memória. História. Missionárias de Jesus Crucificado.

ABSTRACT

Reflection on the origin of academic-professional training in Social Work in Maranhão, mediated by the Course at the Federal University of Maranhão -UFMA. Among the various institutions directly involved in this process, the centrality of the Catholic Church is addressed, with emphasis on the role played by the Congregation Missionárias de Jesus Crucificado in the creation of the Maranhense School of Social Service in 1953 and its relevance in the history of the profession in the state. It emphasizes the importance of organizing and preserving memory and history at UFMA as a public policy.

Keywords: Social Work. Memory. History. Missionaries of Jesus Crucified.

³ Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Políticas Públicas; selma.maria@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Todo trabalho de reconstrução histórica implica grandes desafios, diante da pouca importância atribuída ao adequado registro da memória individual e coletiva, resultante dos processos históricos vividos pelos diversos sujeitos sociais. Este trabalho expressa uma síntese de pesquisa nesta direção, no instigante desafio de recuperar, na rica trajetória do processo de formação acadêmica-profissional em Serviço Social no Maranhão, aspectos da origem do Curso da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A partir de meados do século passado, o interesse de pesquisadores (as) no campo interdisciplinar, inclusive na tradição marxista, por metodologias de trabalhos, a partir do recurso à memória individual e coletiva, vem contribuindo para o seu ressignificado. A história oral, por exemplo, descortinou novas possibilidades para a construção de conhecimentos neste campo. Nesta direção, trabalha-se com a concepção de memória, enquanto instância criativa, dimensão fundamental que institui identidades, um espaço vivo e rico em potencialidades e possibilidades para avançar sobre a história da humanidade e sobre ela produzir novos conhecimentos. (BARROS, 2009; MARTINELLI, 2019).

No presente estudo, trabalha-se a partir desse enfoque historiográfico, na busca por descortinar os meandros do processo de origem do Curso de Serviço Social da UFMA, que tem na Escola fundada pela Congregação Missionárias de Jesus Crucificado em 1953, uma referência central. Entender o significado, as motivações e contribuições do trabalho desenvolvido pelas pioneiras ao Serviço Social no Maranhão, a partir da fundação da Escola Católica, é o mote principal da pesquisa em andamento¹, cujos resultados iniciais foram aqui sistematizados. A principal motivação pela investigação do referido objeto de estudo, se deu a partir da perspectiva de aprofundar estudos sobre a referida temática, cujos registros são insuficientes. Todas as referências localizadas acerca do tema apenas indicam a participação das Missionárias na direção da Escola Maranhense de Serviço Social, fundada pela Igreja, sem detalhamento sobre tal processo, o que denota a importância de avançar na elaboração de conhecimento que buscam o recurso à memória acerca de como os acontecimentos foram registrados a partir da história construída pelos sujeitos ao longo do tempo e não como reconstrução precisa do passado.

Neste percurso, ressalta-se, no entanto, as dificuldades para acessar informações sobre as Escolas pioneiras de Serviço Social, fundadas no Maranhão por iniciativas, sobretudo, do Estado e da Igreja Católica na década de 1950. No trabalho de investigação, iniciamos pelo levantamento dos registros documentais sob a guarda do Curso de Serviço Social da UFMA, organizados, infelizmente, de maneira precária no Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social (CDILUSS). Ao longo do tempo, muito desta memória social foi extraviada, sobretudo, as mais antigas, por exemplo, aquelas relativas às primeiras Escolas de formação profissional no estado, como a fundada pela Igreja Católica, sob a direção da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, objeto da presente análise.

Passo seguinte foi então buscar informações no Departamento responsável pelo arquivo da memória da UFMA – Memorial Cristo Rei, criado em 1993, como espaço de guarda do acervo histórico da universidade, o que, infelizmente não logrou êxito, o que denota a falta de investimentos públicos na manutenção e disseminação de experiências no campo da organização e preservação da memória na UFMA e os desafios enfrentados pelo Departamento/Curso de Serviço Social, na implementação das ações propostas na criação do CDILUSS².

Enfim, através da internet, acessamos maiores informações sobre a referida Congregação na página do Instituto das Missionárias do Coração de Jesus Crucificado (SFIC)³. Muito embora, não constem dados históricos sobre a Escola de Serviço Social fundada pelas Missionárias no Maranhão, foi possível localizar uma série de informações que ajudam na recuperação da história das Escolas por elas fundadas no Brasil, o que forneceu pistas importantes para a continuidade do trabalho de investigação e na síntese aqui apresentada, com destaque para o livro publicado em 2017 pela Congregação, assim intitulado: *As Escolas de Serviço Social no Brasil e o protagonismo das Missionárias de Jesus Crucificado – trajetória sócio-histórica, ação educativa e influência na sociedade*.

Assim, na busca pelo resgate do processo histórico inicial da formação acadêmico-profissional no Maranhão, espera-se, no limitado espaço de um trabalho desta natureza, contribuir na reconstrução histórica da formação em Serviço Social no estado, a partir da atuação da Igreja Católica, através da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, referência central nesta história.

2 A CON(FORMAÇÃO) PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO SOB A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA: (re) visitar o passado, (res) significar a memória

Rememorar a história do Curso de Serviço Social da UFMA é reconstituir marcos históricos que deixaram impressos no tempo as marcas de gerações de pessoas e instituições que contribuíram, cada uma/um a seu modo, no processo de formação acadêmico-profissional no estado, ao longo de sete décadas, e, que, neste processo, vem contribuindo para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e latino-americano em todas as suas dimensões.

Delimitar o processo de emergência da formação profissional em Serviço Social no Maranhão, como objeto de estudo, exige tomar como referências pesquisas e produções anteriores que abordaram o tema Serviço Social no Maranhão, sob variados aspectos. Neste intento, ressalta-se as seguintes obras, relacionadas no quadro abaixo, de acordo com a cronologia de publicização:

Quadro 1 – Produções que abordam a gênese da formação profissional em Serviço Social no Maranhão

TÍTULO	AUTOR	OBRA	ANO
Formação Profissional do Assistente Social	Maria Ozanira da Silva e Silva	Livro	1984
Questões metodológicas do Serviço Social: contribuição à desmistificação e ao redimensionamento	Marina Maciel Abreu, Maria de Lourdes Borges Rodrigues, Maria Aparecida Andrade Fernandes Ribeiro	Relatório de pesquisa	1985
A inserção do Serviço Social na realidade maranhense	Maria de Lourdes Borges Rodrigues	Artigo	1991
A relação do Serviço Social com a Igreja Católica no Maranhão: das origens ao período político ético religioso	Jucileia Almada de Oliveira	Monografia de graduação	2004
Passos e descompassos na relação formação profissional e questão social nos 50 anos de Serviço Social no Maranhão	Laurinete Rodrigues da Silva	Monografia de graduação	2004
Serviço Social e Questão Social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional	Selma Maria Silva de Oliveira Brandão	Dissertação	2007

do Curso de Serviço Social da UFMA			
O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro	Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Maria Virgínia Moreira Guilhon Salviana de Maria Pastor Santos	Artigo	2008
Formação profissional em Serviço Social no movimento da história no Maranhão	Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Raimunda Nonata do N. Santana e Cristiana Costa Lima	Artigo	2021

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas obras localizadas no CDILUSS.

Foge ao objetivo do presente trabalho, fazer uma análise das obras elencadas, antes buscou-se apreender, no conjunto da produção, aspectos relativos à memória da gênese da formação profissional em Serviço Social no Maranhão, em busca do resgate desta história, com destaque para: marcos temporais, sujeitos e instituições envolvidos/as, motivações e interesses que atravessaram este processo, com destaque para a Escola fundada pela Igreja Católica, através da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, em 1953.

Elaboradas em contextos históricos distintos, abarcando um período entre 1984 a 2021, as obras consultadas diferem quanto ao marco temporal e institucional do que se pode considerar como *protoformas da formação acadêmico - profissional em Serviço Social no estado*, me servindo dos argumentos originalmente elaborados por Iamamoto e Carvalho (1998) ao abordar o processo de emergência do Serviço Social no Brasil. Nesta direção, parece não existir consenso em torno das protoformas do Serviço Social no Maranhão, ou seja, de acordo com as duas obras mais antigas, e que por isso mesmo, tiveram um peso nas análises subsequentes, Silva (1984), considera como marco temporal de inserção do Serviço Social no estado, os anos 1949 e 1950 a partir dos primeiros *cursos* promovidos pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), na capital São Luís, assim denominados: *Curso de Auxiliar Social (1949)* e *Curso de Assistência Social (1950)*.

Para Abreu, Ribeiro e Rodrigues (1985), o Estado brasileiro instituiu, através da LBA, uma política nacional de incentivo a criação de Escolas de Serviço Social pelo território brasileiro, buscando capacitar mão de obra especializada para o desempenho de atividades assistenciais. Neste intento, a referida instituição foi

responsável pela fundação da primeira Escola de Assistência Social no Maranhão, no ano de 1950. Corroborando com tal perspectiva de análise, uma das autoras da referida pesquisa, em outra publicação, argumenta que para operacionalizar a política de expansão da assistência social no Maranhão, via capacitação de pessoal, a LBA realizou no ano de 1948 o curso para formação de auxiliar social, com duração de um ano, e que ao final, contando com a colaboração da assistente social Rose Alvernaz, representante no Brasil, da *Internacional Children's Bureau*, que viera ao Maranhão para ministrar o referido curso, “[...] instalou-se em São Luís, a Escola de Assistência Social do Maranhão, cujo funcionamento regular foi iniciado em 1950” (RODRIGUES, 1991, p. 108). As demais obras pesquisadas, reafirmam tal perspectiva de análise.

No entanto, é importante destacar que nos documentos analisados, pairam dúvidas quanto a duração e a natureza dos cursos promovidos pela LBA em São Luís, naquele contexto histórico, considerando que foi muito presente na origem do processo de formação especializada no Brasil a oferta de cursos rápidos de introdução ao Serviço Social, que se diferenciam das escolas propriamente ditas, como destaca Iamamoto e Carvalho (1998). Não resta dúvida, entretanto, quanto ao relevante destaque que a referida instituição teve, ao colocar as bases sobre as quais a formação profissional se sedimentou no estado. Criada em 1942, pelo governo brasileiro, logo após o engajamento do país na Segunda Guerra Mundial, com o objetivo declarado de prestar apoio às famílias cujos chefes tinham se afastado em função do esforço de guerra, a referida instituição se consolidou como a primeira e a mais importante agência prestadora de assistência no país, no início do século passado, dando suporte ao processo de industrialização. Assim como a LBA, outras importantes instituições nesta área como o SESC e o SESI foram criadas neste período e espalhadas pelos diferentes estados da federação, também em função do medo das classes hegemônicas da penetração de *teorias estranhas* entre a população.

No Maranhão, estas instituições tiveram forte presença, inclusive assumiram a capacitação através de cursos intensivos de quadros de auxiliares sociais, tendo em vista atender à crescente demanda por profissionais da área social capacitados para controlar as sequelas da questão social e suas expressões direcionadas, sobretudo, ao público-alvo crianças e mulheres. Em Silva (1984), encontra-se referência a criação

do primeiro posto de puericultura, em São Luís, localizado no bairro do João Paulo, mantido pela LBA.

Assim, durante muito tempo perdurou a confusão entre o que seriam atribuições da/o assistente social, profissional habilitado através de uma formação técnica especializada em Escolas de Serviço Social e da/o auxiliar social, oriundas/os dos cursos intensivos mantidos por instituições estatais, visando suprir a demanda por assistentes sociais diplomados pelas referidas Escolas. A própria Lei que regulamentava a profissão de Serviço Social no Brasil, instituída em 1957, facultava o exercício profissional como assistente social advindas de ambas modalidades de formação (OLIVEIRA, 2004; RODRIGUES, 1991).

Do resgate histórico sobre a emergência da formação profissional em Serviço Social no Maranhão, cuja tendência é marcadamente conservadora, destaca-se a forte atuação da Igreja Católica, sem dúvida uma das mais importantes instituições envolvidas com a política educacional no Brasil, na articulação com o empresariado e, sobretudo, com o Estado.

Como atesta a vasta bibliografia existente sobre a origem do Serviço Social no Brasil, este processo foi marcado pela forte articulação entre Estado, empresariado e a Igreja Católica, a partir dos anos 1930. Desse modo, foi decisiva na criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, a reaproximação entre Estado e Igreja Católica, desde a primeira década do século XX, marcada pela luta incessante dos representantes eclesiais pela conquista de maiores espaços no âmbito educacional, cuja demanda principal consistia no reconhecimento e obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, proibido desde a Constituição liberal de 1891. No ano de 1931 a Igreja Católica, teve suas reivindicações atendidas, sendo facultado o ensino religioso nas escolas públicas em todo o território nacional.

A mútua relação entre Estado e Igreja Católica no Brasil, naquela conjuntura favoreceu a Igreja avançar rumo a outras reivindicações no campo educacional, como a conquista do ensino universitário. Após forte articulação do grupo católico, liderado pelo cardeal D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, do padre Leonel Franca e de Alceu Amoroso Lima, presidente da L.E.C. o Conselho Nacional de Educação (CNE) autorizou em 1941 o funcionamento das Faculdades Católicas. Em 1946, estas foram elevadas à categoria de universidade, mesmo ano de fundação da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, fundada mais tarde que a filial carioca (PEREIRA, 2008).

A política no Maranhão, na referida conjuntura processa-se de acordo com as leis de um jogo, cujas cartas eram manobradas pelos coronéis, pelos representantes dos governos estaduais e federal e a Igreja católica queria participação neste processo. Adquire expressão a figura do coronel, expressa no poderio dos senhores de terra que dominavam a política local, adotando um modelo herdado da República Velha. Personagem emblemático no Maranhão é o pernambucano Vitorino Freire, que chegou ao estado em 1932 e comandou o jogo político por 20 anos até a chegada de José Sarney ao governo do estado em 1965. Sustentado no clientelismo, na permuta de favores e na defesa dos interesses do grupo oligárquico que estava no poder, seu prestígio político decorreu da forte articulação com o poder central.

O panorama educacional no Maranhão sob a égide do coronelismo é marcado pela máxima presente na política nacional, ou seja, da pouca importância atribuída à escolarização da população, considerando sua posição na divisão internacional do trabalho como país agroexportador. Em decorrência desta desvalorização, inexistiam Secretarias de Educação e Planos Educacionais nas instâncias estaduais e municipais. Segundo Bomfim (1985, p. 52), “A liberação de verbas públicas para a construção de escolas, nomeação de pessoas para cargos do magistério, a liberação de verbas para o poder local, dependem da força política dos controladores do poder,” personificadas na figura do coronel.

Assim como no Brasil, a atuação da Igreja Católica na política educacional no Maranhão foi bastante expressiva nas primeiras décadas do século XX. De acordo com a narrativa acerca da História Eclesiástica do Maranhão, elaborada por D. Felipe Condurú Pacheco publicada em 1968, a Ação Católica foi uma das mais importantes organizações da Igreja Católica, responsável pela formação metódica de leigos a fim de auxiliarem a hierarquia, no ministério da formação religiosa. Defenderá os princípios cristãos e os direitos da Igreja, sobretudo através do seu órgão especializado, a Liga Eleitoral Católica. “Recebendo a Ação Católica pessoas de todas as classes, proporcione a cada categoria formação especializada, como aos estudantes, aos lavradores, aos operários e aos intelectuais” (PACHECO, 1968, p. 584).

Segundo D. Delgado, a Igreja deu especial atenção à organização da Ação Católica em São Luís, a partir da inauguração do Centro de Estudos da Ação Social Católica em 1936. Em São Luís, sua influência evangelizadora à época fez-se notar sobretudo, na Juventude Operária Católica, na Ação Católica Operária e através da Liga Eleitoral Católica, que empreendeu forte luta pelo reconhecimento do ensino religioso nas escolas públicas. Ainda segundo Pacheco (1968), nas eleições de 1933, a Liga Eleitoral Católica mostrou toda a sua força ao eleger 17 deputados dos 30 assentos na Assembleia Estadual, o que se repetiu no dia 20 de abril de 1936, ao apresentar um projeto de lei, estabelecendo o ensino religioso nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais. O referido projeto foi homologado em 31 de julho do mesmo ano, pelo interventor federal no Maranhão à época, Major Roberto Mendonça, tornando assim, o ensino religioso no estado, lei.

Entretanto, apesar da importância e reconhecimento atribuído pelo Arcebispo metropolitano D. José Delgado ao trabalho desenvolvido pela Ação Católica e Ação Social Católica no Maranhão, curiosamente, na fundação da Escola Maranhense de Serviço Social em 1953, resolveu encarregar a direção à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, com manutenção garantida pela Sociedade feminina de Instrução e Caridade, sediada em Campinas/SP. Não se sabe ao certo as motivações do Arcebispo para tal decisão, entretanto, para Rodrigues (1991, p. 114), “[...] a intenção implícita foi a de queimar etapas pois, além dessa entidade ser proveniente de São Paulo, onde o Serviço Social foi implantado no Brasil, possuía uma larga experiência no setor de ensino profissional”.

De fato, entre os anos de 1949 e 1962 a Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado fundaram 09 Escolas de Serviço Social, localizadas em diferentes regiões do país. Pela ordem de fundação:

[...] as Escolas de Serviço Social de Campinas/SP (1949); João Pessoa/PB(1952); São Luís/MA (1953); Aracaju/Se (1954); Maceió/AL (1957); Juiz de Fora /MG (1958); Lins/SP (1958); Florianópolis/SC (1959); Brasília/DF (1962). Hoje, em sua maioria, esses cursos integram universidades públicas federais, com exceção da Faculdade de Serviço Social de Campinas, vinculada à Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de serviço social de Lins, que é particular, em sentido estrito (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 19).

A Escola Maranhense de Serviço Social foi a terceira a ser fundada no país, anexada à Faculdade de Filosofia funcionou no Palácio Cristo Rei, na capital São Luís até 1954 quando foi transferida para a sede própria, adquirida com recursos da

Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, mantenedora da Congregação MJC, localizada à rua Rio Branco, n. 14. É consensual no conjunto das obras consultadas que a 19 de junho de 1954 houve a fusão das duas escolas, que até aquela data funcionavam no estado – uma mantida pela LBA e outra pela Igreja Católica, passando a denominar-se Escola de Serviço Social do Maranhão, que seguiu sob a direção das MJC. Segundo relato da assistente social Dinah Gomes ex-aluna da Escola de Serviço Social ligada à LBA, no processo de fusão das duas escolas, “a escola católica entrou com o dinheiro e a LBA com os professores capacitados.” (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 106).

Chama atenção no relato acerca de criação da primeira Escola de Serviço Social, em Campinas em 1949 dois aspectos relativos ao currículo: o curso tinha a duração de 03 anos, a ênfase na parte prática da profissão, através dos estágios em obras sociais, direcionados aos seguintes campos, Serviço Social médico, de família, menores e trabalho, além do trabalho de conclusão de curso (TCC), no último ano. “O Serviço Social Rural era proeminente na Escola tendo sido uma marca importante na formação do aluno” (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 45). Corrobora com tal assertiva a realização de vários eventos promovidos pela Diocese de Campinas nas décadas de 1950 e 1960, a exemplo de várias edições da Semana de Estudos Rurais, Curso Intensivo de Formação e Treinamento de Auxiliares de Comunidade do Brasil (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 46-47).

Como se observa no Decreto de criação da Escola Maranhense de Serviço Social, em 1953, foi dada uma grande ênfase à questão agrária, muito embora, o conjunto das obras consultadas, testemunhem que no decurso da formação profissional, esta temática tenha sido pouco abordada, em detrimento das questões urbanas, sobretudo as que envolviam a mulher e a criança. Motivos de ordem prática como maior facilidade de atuação no meio urbano, associada ao receio de comprometer o modelo econômico brasileiro, são destacados como possíveis explicações para que a atuação profissional neste período se voltasse mais para as sequelas da questão social, presentes na cidade, muito embora suas causas estivessem presentes no campo, “[...] uma vez que a indústria e o comércio estavam apropriados pelos grandes latifundiários ou eram deles dependentes” (RODRIGUES, 1991, p. 119).

Esta, no entanto, é uma das temáticas a serem aprofundadas no andamento das investigações sobre o objeto de pesquisa, considerando que em livro publicado

recentemente pela Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, existe indícios de que houve uma participação mais expressiva da Escola em ações referente à temática da questão agrária no Maranhão, não localizada nas obras disponíveis, tais como: a realização de alguns eventos denominados de Semanas de bem-estar rural, a participação em eventos denominados Semanas de Estudos de Bem-Estar Rural, em Fortaleza/CE e no município de Arari/MA no ano de 1953 e que a Escola teria sido chamada a “[...] colaborar em pesquisas sociais para estudo das condições de comunidades urbanas e rurais” (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 66). Entretanto, chama atenção, a total ausência das fontes de pesquisa consultadas a este respeito.

A obrigatoriedade do ensino religioso nas Escolas fundadas pelas Missionárias de Jesus Crucificado, como instrumento de evangelização individual através da doutrina católica, é outra marca importante, presente nos currículos das escolas, principalmente através do ensino das seguintes disciplinas: Cultura Religiosa, Seminário de Formação, Doutrina Social da Igreja, Moral e Iniciação Filosófica. Na Escola Maranhense de Serviço Social, fundada em 1953 e posteriormente na Escola de Serviço Social do Maranhão criada em 1954 estas disciplinas constam em todos os currículos até serem suprimidas no ano de 1969.

De modo geral, observa-se que, no período de fundação das Escolas de Serviço Social no Brasil criadas ou mantidas pelos diversos organismos da Igreja Católica como o Centro de Estudos Sociais (CEAS), o Grupo de Ação Social (GAS), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Social Católica (ASC) ou através da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado (CMJC), a visão de homem/mulher e de mundo tinha como base a filosofia tomista e neotomista, de cunho humanista cristão e o ensino religioso constituía-se no meio de moralização do indivíduo. A grande referência norteadora da Igreja Católica naquele momento eram as Encíclicas Papais, notadamente, a *Rerum Novarum*, (1891), escrita por Leão XIII, a *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XXI, *Mater et Magistra* (1961) escrita pelo Papa João XXII, que conformava uma formação acadêmica-profissional de cunho essencialmente conservador. Essas encíclicas tiveram, portanto, um relevante papel na divulgação da doutrina social da Igreja católica pelo mundo e, na América Latina, foram determinantes no fortalecimento da “[...] estratégia de continentalização da influência católica através da criação de escolas de Serviço Social (CASTRO, 1993, p. 68).

Conforme Rocha (2010 *apud* ROSA, 2019), o núcleo pioneiro do Serviço Social no Maranhão à época era constituído por mulheres, oriundas da denominada classe média e de tradicionais famílias Maranhenses, que militavam no apostolado da Igreja Católica e a formação em Serviço Social era direcionada para consolidar um perfil profissional ajustado ao processo de socialização da mulher, de acordo com os modelos estabelecidos pela Igreja e pelas relações desiguais de gênero existentes na sociedade. Fato que talvez explique um aspecto importante que merece destaque no rol motivações da Igreja na fundação de Escolas de Serviço Social no Brasil, e no Maranhão em particular, formar tecnicamente seus próprios quadros para otimizar a missão evangelizadora, objetivando espriar sua influência na sociedade, o que exigia uma sólida preparação não apenas teológica e pastoral, como também acadêmica. A perspectiva inicial das Missionárias de Jesus Crucificado, era, portanto, formar assistentes sociais dentro da própria Congregação, ou seja, “[...] primeiro, pensava a Escola só para as Irmãs; depois vê que dentro da legalidade isto não era possível – a Escola deve ser aberta para todos” (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 38).

No Maranhão a Igreja Católica dá significativo passo na direção de fortalecer sua influência através do ensino superior, com a fundação da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), criada em 1955 pelo arcebispo de São Luís, D. Delgado, “[...] junto com a Congregação das Irmãs Missionárias de Campinas” (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 106) com o objetivo de promover o desenvolvimento da cultura e a criação da Universidade Católica. “No Estado a maior ajuda à causa da Universidade foi devida ao Governador Matos Carvalho – autor da doação do sítio ‘Sá Viana’ à Sociedade Maranhense de Cultura Superior, mantenedora da Universidade” (PACHECO, 1968, p. 775, grifo do autor). O reconhecimento federal da Universidade Católica do Maranhão data de 21 de junho de 1961, a partir da junção das seguintes faculdades e Escolas em funcionamento à época: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Médicas, Escola de Enfermagem São Francisco de Assis e Escola de Serviço Social que mesmo adquirindo o estatuto de faculdade, continuou sob a direção da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado.

Fato que será definitivamente alterado do ponto de vista institucional com a criação da Fundação Universidade do Maranhão em 1966, atual UFMA, a partir da reunião de todos os cursos superiores existentes no estado, naquele contexto: Direito, Farmácia e Odontologia, Universidade Católica, e a Faculdade de Ciências

Econômicas incorporadas dois anos mais tarde. A partir do processo de federalização das instituições estaduais e particulares municipais o governo federal passou progressivamente a arcar com os custos do ensino superior no país, com a incorporação dos professores catedráticos ao funcionalismo público, fato que acabou sendo uma alternativa diante da crise financeira pela qual passava a mantenedora das Faculdades Católicas de Serviço Social, desde a década de 1960, como destacam Sader, Silva e Muniz (201, p. 103):

[...] a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade não tinha mais como manter uma Faculdade particular isolada, o que exigia um investimento financeiro grande, razão pela qual as faculdades foram entregues a outras mantenedoras, geralmente incorporadas às Universidades Federais, PUC ou mesmo particulares, como foi o caso da UNILINS.

De acordo com o relato da ex-professora da Faculdade de Serviço Social ligada à Universidade Católica, Dinah Gomes, a instituição passava por sérios problemas financeiros antes da federalização, ao ponto de, para continuar funcionando, contar com o trabalho voluntário de alguns docentes (FARIA; MONTENEGRO, 2005).

No Maranhão, a federalização do ensino superior marcou o afastamento da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado da direção do Curso de Serviço Social da UFMA, o que não significou o rompimento na sua totalidade com a orientação católica no processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social no estado. Todas as obras consultadas destacam tal dinamismo. É emblemático, a este respeito, a permanência de algumas irmãs como servidoras da Fundação Universidade Federal do Maranhão⁴, inclusive integrando o corpo docente do Curso de Serviço Social até os anos 1990.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É absolutamente impossível abordar qualquer aspecto da origem da profissão no Brasil, sem mencionar a influência da doutrina social da Igreja Católica, mediante o trabalho realizado através de diversos organismos dentre os quais a Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, responsável pela fundação de 09 Escolas de Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1940-1960, dentre estas, a Escola Maranhense de Serviço Social, fundada em 1953, após fracassada a tentativa implementada pela LBA.

No Maranhão, apesar de forte atuação da Ação Católica, através das entidades JEC, JIC, JOC, da Juventude Feminina Católica dentre outras, voltadas para intensificar o trabalho de mobilização do laicato na propagação da doutrina católica, a Igreja designou à Congregação Missionárias de Jesus Crucificado a *missão* de fundar a Escola Católica de Serviço Social, que se consolidou no estado, dando direcionamento ao processo de formação profissional até meados da década de 1960, quando a faculdade de Serviço Social, é integrada à Fundação Universidade do Maranhão.

Nesse sentido, o esforço do trabalho de investigação, cujos resultados parciais aqui foram sinteticamente expostos, são direcionados para deslindar os nexos que ligam a história da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado com o re(construção) da memória do Curso de Serviço Social da UFMA, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento da formação acadêmico-profissional no tempo presente.

Em síntese, na (re)construção dessa tessitura histórica o presente se impõe enquanto solo fértil das lutas sociais por transformações de toda a ordem, levando luz ao passado, “[...] que, ao ser conhecido, ressignificado e apropriado pelas gerações seguintes, pode trazer muitas contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros” (ROSA, 2019, p. 126-127).

REFERENCIAS

ABREU, Marina Maciel; RIBEIRO, Maria Aparecida Andrade Fernandes; RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges. **Questões metodológicas do serviço Social**: contribuição à desmistificação e redimensionamento. 1985. (Relatório de pesquisa).

BARROS, José D’Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, v.3, n.5, p. 35-67, jan./jul. 2009.

BOMFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo**: política e educação no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1985.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. São Paulo: Cortez, 1993.

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs). **Memória de professores**: história da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de história; Brasília, DF: CNPq, 2005.

IAMAMOTTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História oral: exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs). **A história oral na pesquisa em Serviço Social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019. p. 27-37.

OLIVEIRA, Jucileia Almada de. **A relação Serviço Social e Igreja Católica**: das origens ao período ético religioso. 2004. 91 f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

PACHECO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamento de Cultura, 1968. (Coleção César Marques, v. 1).

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xama, 2008.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges. A inserção do Serviço Social na realidade maranhense. **Revista de Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 99-135, jul./dez. 1991.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. História da memória do Serviço Social: pesquisa de trajetórias profissionais por meio da metodologia de história oral. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (orgs). **A história oral na pesquisa em Serviço Social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019. p. 121-146.

SADER, Leila Fouad; SILVA, Sonja Pureza de Castro; MUNIZ, Tereza de Jesus. **As escolas de Serviço Social no Brasil e o protagonismo das Missionárias de Jesus Crucificado (MJC)**: trajetória histórica, ação educativa e influência na sociedade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

¹ Trata-se do projeto de pesquisa intitulado *A contribuição de Marx e do marxismo na formação acadêmico-profissional no marco dos 70 anos do Curso de Serviço Social da UFMA*, realizado no âmbito do Grupo de Estudos, pesquisa e debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), sob a coordenação da prof. Dra. Cristiana Costa Lima.

² A proposta de criação do CDILUSS se deu em torno das atividades comemorativas dos 50 anos de Serviço Social no Maranhão, em meio às dificuldades de reunir informações sobre a memória da profissão no estado. Vinculado ao Departamento e ao Curso de Serviço Social da UFMA, desde o ano de 2006, sob sua guarda e conservação encontra-se importante acervo referente à memória do Serviço Social, sem as condições necessárias e compatíveis com o trabalho desta natureza.

³ A Congregação Missionárias de Jesus Crucificado foi fundada em 1928, na cidade de Campinas SP, pela Madre Maria Villac e Dom Francisco de Campos Barreto. Atualmente está presente em 08 países da América latina e África. No Brasil, atua em 16 estados e no Distrito Federal. Na Amazônia, a Congregação tem sido presença sólida nas cidades de Cacoal e Porto Velho (RO), Ananindeua (PA), Manaus (AM) e Miranda do Norte no Maranhão. Informações obtidas no site da CMJC.

⁴ "Cessando a responsabilidade das Missionárias de Jesus Crucificado em relação à faculdade de Serviço Social, estas continuaram na referida Faculdade, como servidoras da Fundação Universidade Federal do Maranhão, nas pessoas de: Alcinda Gomes de Castro, Joelina Alves da Paixão, Maria de Lourdes Nunes, Wladina Labre Castelo Branco" (SADER; SILVA; MUNIZ, 2017, p. 68).